

RELATÓRIO/ATA DE REUNIÕES

Data da Reunião: 15.03.2023

Hora início: 19h00min

Hora fim: 21h25min

Local: Clube Recreativo União e Progresso

Município envolvido: Urubici/SC

Assuntos: Audiência Pública – Plano Diretor, Código de Posturas e Código de Obras



PARTICIPANTES

Conforme Lista de Presença. (51 Presentes)

NOTAS DE REUNIÃO

Aos quinze dias de março de dois mil e vinte e três, às dezoito horas, no Clube Recreativo União e Progresso de Urubici aconteceu presencialmente a Audiência Pública de apresentação das minutas de Plano Diretor, Código de Posturas e Código de Obras, elaboradas ao longo do processo de revisão do Plano Diretor. A audiência contou com a presença da Prefeita Mariza Costa, Presidente do CONCIDADES, o Sr. Rômulo H., Presidente da câmara dos Vereadores o Sr. Fabrício R. de Brida que compuseram a mesa das autoridades juntamente com o Sr. Luís Felipe K do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA. Também estavam presentes a equipe técnica do CINCATARINA, representada pelo Sr. Guilherme M., Sra. Stella S. e Sr. Gustavo S., além de membros da comissão técnica da revisão do Plano Diretor e da população do Município. Ao iniciar os trabalhos, o Sr. Luís Felipe K. explicou o cronograma da audiência e repassou as etapas pertencentes ao processo de revisão do Plano Diretor, ressaltando o Diagnóstico e Prognóstico, documentos desenvolvidos pelo Consórcio, bem como o papel da Comissão Técnica da revisão e o CONCIDADES na aprovação de todas as propostas de minutas de lei. Além disso, foi explicado sobre o relatório das oficinas populares, sendo que as contribuições foram analisadas e incorporadas às minutas, e posteriormente apresentadas ao CONCIDADES e Comissão Técnica de Revisão do Plano Diretor de Urubici. Na sequência o Sr. Gustavo S. deu início à apresentação da minuta de Plano Diretor, ressaltando os principais pontos de alteração em relação ao Plano Diretor vigente, instituído pela Lei Complementar número mil e quatrocentos, de dois mil e nove. Foi apresentada a adequação de vários dispositivos desta lei, como regras para regularização fundiária, complementações dos instrumentos urbanísticos e macrozoneamento, além da complementação de algumas diretrizes e objetivos de políticas setoriais. Em relação ao macrozoneamento, foram apresentadas as propostas de macrozona urbana e rural, bem como as áreas de interesse de expansão urbana, sendo que a última torna efetiva após nova lei de perímetro urbano. Na sequência, a Sra. Stella S. deu início à apresentação da minuta do Código de Posturas, identificando os principais pontos alterados em relação à lei vigente, instituído pela lei número cento e quarenta e três, de mil novecentos e noventa e um, explicando em termos gerais os conteúdos contemplados nessa minuta. Foram apresentadas complementações feitas em relação à higiene pública, ocupação das calçadas com mesas e cadeiras, medidas referentes aos animais, sossego e divertimento público, comércio ambulante e feiras livres, horários de funcionamento, entre outros assuntos. Ainda, apresentou a proposta de minuta do Código de Obras, lei vigente número cento e quarenta e quatro, de mil novecentos e noventa e um, expondo as principais alterações desenvolvidas nesta legislação. Foram apresentadas algumas complementações feitas sobre o processo de análise e aprovação dos projetos, como a criação da consulta de viabilidade técnica e definição da necessidade de alinhamento para construção. Outras complementações sobre habite-se e assistência técnica para habitação de interesse social também foram apresentados. Sobre as unidades geminadas ou em série, foram apresentados os parâmetros mínimos para serem consideradas como multifamiliares, além de outros requisitos mínimos. Outras complementações sobre muros e calçadas, reservatórios de água, marquises e saliências, e toldos, também foram apresentados. Sobre os estacionamentos, foram apresentados alguns parâmetros mínimos e elucidado as vagas mínimas de garagens e estacionamentos. Ao final da apresentação, foi destacado que as minutas elaboradas estão disponíveis no site da revisão do Plano Diretor para consulta da população e interessados. Posteriormente o Sr. Luís Felipe K. abriu a audiência pública às contribuições e emendas da população presente, evidenciando o tempo de fala de dois minutos para cada um, bem como, destacou que as propostas serão encaminhadas para

deliberação da Comissão da Revisão do Plano Diretor e Conselho da Cidade. Iniciando as falas da população presente, o Sr. Juceli Francisco Jr. (01:46) solicitou um estudo comparativo com os planos diretores de outros municípios com o mesmo perfil de Urubici, pois entende que há um erro de concepção em achar que o Plano Diretor desenvolve apenas objetivos e diretrizes gerais. Na sequência o Sr. Marlon destacou que o principal objetivo deste plano é desenvolver diretrizes eficazes e sustentáveis, questionando a possibilidade de identificar áreas de interesse turístico na área rural, e assim, desenvolver tratamento especial a elas. Posteriormente o Sr. José Rogério se mostrou descontente com a participação da população do Município na audiência, visto o baixo percentual de membros da comunidade e, além disso, se mostrou contra a aplicação da Zona Urbana na Rodovia Estadual SC-370, pois segundo ele, esta definição dificulta o desenvolvimento rural na localidade. Já o Sr. Adelmo Souza solicitou a definição de mais incentivos à agricultura, mantendo a preservação dos costumes existentes e requisitou sobre a expansão urbana prevista, solicitando a revisão da largura da Macrozona de Interesse de Expansão – MIE na Rodovia Estadual SC-370 para que seja a mesma dimensão em ambos os lados. Posteriormente o Sr. Francisco Leonel solicitou que a expansão urbana ocorresse em maior escala no Bairro Baiano, ao invés do Bairro Riacho. Além disso, questionou sobre a delimitação no Plano Diretor do Parque Nacional de São Joaquim, mesmo que esteja sendo desenvolvido um projeto de lei no Senado Federal, em que o Governo Federal ainda não o instituiu. Na sequência o Sr. Cesar Abraão de Oliveira também solicitou que a área de expansão urbana deveria seguir pelo Bairro Baiano devido às infraestruturas públicas existentes. Outrora, elucidou que entende que Urubici não tem potência econômica para a utilização da Outorga Onerosa do Direito de Construir – OODC, e entende a necessidade de reanalisar os instrumentos urbanísticos como a desapropriação compulsória e o IPTU progressivo. Por último, questionou sobre os rebaixos de meio-fio nas edificações geminadas, indagando se o objetivo é restringir essa alternativa visto a grande parte das testadas dos lotes no Município são inferiores às exigências para este uso. Ademais o Sr. Marcelo desenvolveu uma reflexão acerca da qualidade de vida que a população de Urubici deseja, pois entende que atualmente o interesse econômico se sobressai sobre os outros. Posteriormente o Sr. João solicitou que todas as edificações da Comunidade Campestre II sejam incluídas na delimitação da Macrozona de Interesse de Expansão – MIE visto a consolidação da comunidade no local. Na sequência, o Sr. Fernando Augusto destacou a necessidade de dar ênfase na natureza existente em Urubici. Ainda, a Sra. Kátia abordou sobre os animais abandonados nos logradouros públicos, solicitando soluções para tratar sobre esse problema de saúde pública no Município, exigindo as formas de tratamento e controle deste tipo de ocorrência. Finalizando esta etapa, o Sr. Luís Felipe K. agradeceu a presença de todos e destacou a importância do espaço democrático para demonstrar anseios e demandas. Ao fim da audiência pública, o Sr. Luís Felipe K. destacou que todos os materiais desenvolvidos na audiência estarão presentes no site de revisão do Plano Diretor e definiu-se um prazo de uma semana a partir da audiência para a realização de novas sugestões, de forma online ou física, até os vinte e quatro dias do mês de março de dois mil e vinte e três. Após isso, o Sr. Luís Felipe K. deu a audiência pública como encerrada, às nove horas e vinte e cinco minutos.